

Coisa encomendada

*Jaldo de Souza Santos,
Presidente do Conselho Federal de Farmácia*



O ministro da Saúde, José Serra, voltou a admitir - desta vez, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, no dia 12 de dezembro - a possibilidade de os medicamentos virem a ser vendidos em supermercados. O fato, divulgado pela imprensa, deixou-nos preocupados. Primeiro, porque a fonte da notícia é ninguém menos que o homem encarregado da Saúde do Brasil, condição que exige do senhor ministro uma atitude exatamente contrária: a de defender a proibição da comercialização de medicamentos fora das farmácias.

Não é a primeira vez que o Sr. José Serra defende, publicamente, essa sua idéia, nem é ele o primeiro e único ministro da Saúde a fazer o mesmo. Eu aproveito este início de artigo já para fazer um desafio: que ele apresente, do ponto de vista da saúde, um único motivo que justifique a sua idéia.

De minha parte, como farmacêutico e homem de saúde que sou, posso provar que essa proposta não trará nada, além de prejuízos à saúde da população. Fora daí, o único proveito dessa idéia encomendada será o lucro, muito lucro, para os supermercados, que perseguem a venda de medicamentos, há anos, como parte de um esquema para aumentar os seus lucros em torno de 6%, correspondentes àquilo que perderam com o advento do Real. Os medicamentos, portanto, estariam fazendo o ridículo papel de galinha dos ovos de ouro.

E por que não medicamentos em supermercados? Bem, ao fazer a condenação, em conferências, palestras etc., ouvi vozes que se levantaram contra a minha argumentação, entendendo que eu estivesse sendo porta-voz da reserva de mercado para a farmácia e do interesse próprio (eu sou proprietário de uma pe-

quena farmácia em um bairro popular de Goiânia). Enfim, que eu fosse um embaixador do corporativismo farmacêutico.

É primitivo e simplista pensar assim. O Brasil figura entre os primeiros colocados no preocupante "ranking" de países cuja população mais se automedica. Dificuldades no acesso ao atendimento médico e ao medicamento preciso, além de componentes culturais de antiga herança, são fatores que contribuem por isso. Mas a automedicação é nociva e muito perigosa, quando desacompanhada da orientação do farmacêutico. O medicamento que cura pode converter-se em um veneno letal, em uma bomba de grande poder de destruição, se o seu usuário não observar certos cuidados.

O medicamento, mesmo os mais "ingênuos", pode interagir com outros medicamentos, com alimentos, com o cigarro, com o álcool, potencializando ou reduzindo a sua ação no organismo. Esses efeitos vão ainda variar, de acordo com o metabolismo de cada pessoa, com a sua idade, raça e estado fisiológico, como a gravidez, a menopausa etc.

Uma pessoa idosa apresenta alterações importantes no seu processo de metabolismo. O seu fígado diminui a atividade, biotransformando menos as drogas ingeridas. Vale salientar que o idoso geralmente usa diversos medicamentos, ao mesmo tempo. Esse acúmulo potencializa o risco de intoxicação, devido à lentidão com que o fígado transforma o medicamento. Por conta dessa realidade, um medicamento que deveria ter um regime posológico de oito horas, por exemplo, acaba circulando por muito mais tempo no organismo. Quando tomados juntos, os riscos de uma intoxicação dobram. É, aí, que entra o farmacêutico, orientando o paciente. Ele vai dizer ao idoso, por exemplo, que a dose terá que ser diminuída, com precisão, em certos níveis, ou o período para a ingestão de outra dose terá que ser dilatado.

Mas há os casos de medicamentos mais simples, para não ficarmos em alguns de uso contínuo. Uma simples aspirina (ácido acetilsalicílico) não deve ser usado em crianças, para baixar febre, em casos de doenças virais (gripe ou varicela, por exemplo), sob o risco de desencadear a síndrome de Reye, uma encefalo-

patia que pode levar a convulsões, coma e morte. O mesmo medicamento é condenável para as pessoas que têm problemas gástricos, sob pena de causar uma hemorragia. Estes são apenas alguns simples exemplos de cuidados que devem ser tomados.

Agora, pergunto: quem vai prestar essas orientações ao usuário do medicamento, dentro dos supermercados e mercearias?

Há outras considerações a fazer. Dizem os supermercados que, se as suas gôndolas ficarem cheias de medicamentos, os preços cairão e os produtos ficarão acessíveis à população. Isso é uma balela, mesmo porque os supermercados não poderão, ou não se interessarão em vender medicamentos essenciais - os de primeira necessidade -, como os utilizados por pacientes cardíacos, renais, diabéticos, reumáticos, portadores de doenças crônicas e degenerativas e outras patologias que requerem uma medicação que não pode ser interrompida.

O que os supermercados vão vender são os remédios que não requerem prescrição médica, porque eles saem mais e, por conseqüência, dão mais lucro. Portanto, a venda em supermercados não facilitará o acesso, nem baixarão preços. Os supermercados serão apenas mais um ponto - leigo, diga-se de passagem - de distribuição de medicamento. E toda essa discussão acontece exatamente quando há um esforço da Organização Mundial de Saúde (OMS) em favor da racionalização e de um maior controle sobre a dispensação de medicamentos. Números alarmantes revelam o quanto se morre e se hospitaliza, devido às iatrogenias (doenças causadas pelo uso inadequado do medicamento). Inclusive, nos Estados Unidos.

Não posso deixar de levantar outra reflexão oportuna. Para vender medicamentos, os supermercados vão tratá-los como mais uma de suas mercadorias. E para persuadir o cidadão a comprar a tal "mercadoria", irão desencadear campanhas publicitárias, caríssimas e sem nenhum pudor, em favor da venda pela venda. E haja auto-medicação. Volto ao desafio: que benefícios, do ponto de vista da saúde, a venda de medicamentos em supermercados trará?